

**INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO
BOLSHOI NO BRASIL**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos
Administradores e Conselheiros do
INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2017

As demonstrações financeiras do **Instituto Escola do Teatro Bolshoi no Brasil** do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas comparativamente, foram auditadas por nós, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 29 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000-R1) e às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002-R1) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

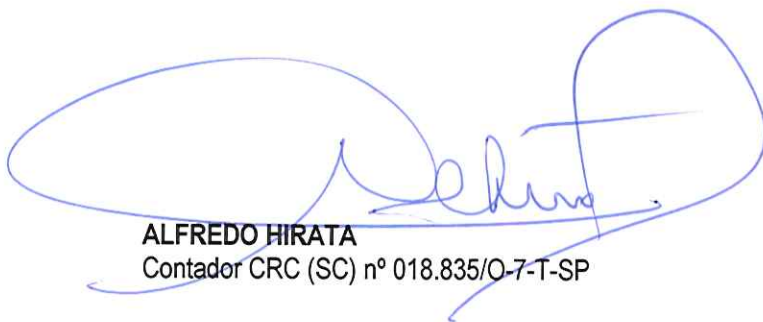
Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 05 de abril de 2019.



ALFREDO HIRATA

Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP



MARTINELLI AUDITORES
CRC (SC) nº 001.132/O-9

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2.018	2.017
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	1.739.253	831.414
Contas a Receber	05	9.355	5.219
Estoques	06	156.236	229.437
Adiantamentos		365.583	395.977
Despesas do Exercício Seguinte		864	828
Total do Ativo Circulante		2.271.291	1.462.875
NÃO CIRCULANTE			
Investimentos		3.178	3.138
Imobilizado	07	9.408.659	9.396.391
Intangível	08	-	220
Total do Ativo Não Circulante		9.411.837	9.399.749
TOTAL DO ATIVO		11.683.128	10.862.624

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2.018	2.017
CIRCULANTE			
Fornecedores	10	11.429	58.964
Obrigações Sociais	11	454.203	643.708
Obrigações Fiscais	12	136.136	182.886
Provisão de Férias		125.332	148.833
Outras Obrigações		126	126
Total do Passivo Circulante		727.226	1.034.517
NÃO CIRCULANTE			
Obrigações Sociais Parcelamento	11	1.260.092	1.502.742
Total do Passivo Não Circulante		1.260.092	1.502.742
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	14	1.406.543	36.098
Ajuste de Avaliação Patrimonial		8.289.267	8.289.267
Total do Patrimônio Líquido		9.695.810	8.325.365
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.683.128	10.862.624

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

	Nota	2.018	2.017
Receita Operacional Bruta		9.185.598	7.363.236
Patrocínios e Doações		3.949.557	4.893.924
Mensalidades e Taxas		474.213	293.295
Receita com Apresentações		217.446	410.112
Venda de Mercadorias		225.041	166.081
Convênios do Governo		4.319.341	1.599.824
(-) Deduções da Venda de Mercadorias		(35.990)	(37.267)
Receita Operacional Líquida		9.149.608	7.325.969
Custos e Despesas Operacionais		(7.779.163)	(9.011.612)
Custo das Mercadoria Vendidas		(160.608)	(80.162)
Despesas Ensino/Administrativas		(4.476.697)	(5.314.075)
Despesas Propaganda e Publicidade		(127.816)	(73.743)
Despesas de Gratuidades		(3.194.720)	(2.874.648)
Resultado Financeiro Líquido	16	180.678	(214.483)
Outras receitas / (Despesas)		-	(454.501)
Superávit (Déficit) do Exercício		1.370.445	(1.685.643)

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit/ (Déficit) Acumulado	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
Em 31 de dezembro de 2016	1.721.645	-	8.289.363	10.011.008
Déficit do Exercício		(1.685.643)		(1.685.643)
Incorporação ao Patrimônio Social	(1.685.643)	1.685.643		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado	96		(96)	
Em 31 de dezembro de 2017	36.098	-	8.289.267	8.325.365
Superávit do Exercício		1.370.445		1.370.445
Incorporação ao Patrimônio Social	1.370.445	(1.370.445)		-
Realização do Custo Atribuído ao Imobilizado				
Em 31 de dezembro de 2018	1.406.543	-	8.289.267	9.695.810

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
MÉTODO INDIRETO
 (Em Reais)

	2.018	2.017
DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit/(Déficit) do Exercício	1.370.445	(1.685.643)
Ajustes:		
Depreciação e Amortização	41.329	46.573
Provisão para Impairment do Imobilizado	-	810.000
Lucro Líquido do Exercício Ajustado	1.411.774	(829.070)
Contas a Receber de Clientes	(4.136)	(5.101)
Estoques	73.201	(20.383)
Adiantamentos	30.394	(73.094)
Outros Créditos	-	438
Despesas do Exercício Seguinte	(36)	60
(Aumento) ou Diminuição do Ativo	99.423	(98.080)
Fornecedores	(47.535)	32.870
Obrigações Fiscais	(46.750)	59.467
Obrigações Sociais	(432.155)	489.270
Outras Obrigações	(23.501)	(907.069)
(Aumento) ou Diminuição do Passivo	(549.941)	(325.462)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	961.256	(1.252.612)
DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Investimento	(40)	(1.038)
Aquisição de Imobilizado	(53.377)	(89.895)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	(53.417)	(90.933)
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	907.839	(1.343.545)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	831.414	2.174.959
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	1.739.253	831.414

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO **ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS** **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018** (em Reais)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

O INSTITUTO ESCOLA DO TEATRO BOLSHOI NO BRASIL é uma sociedade civil, com personalidade jurídica de direito privado, e com caráter de entidade educacional, cultural, de pesquisa, assistência social e beneficente, sem fins lucrativos e goza de imunidade tributária.

É finalidade do Instituto o desenvolvimento da dança e das artes cênicas, o aprimoramento e incentivo à arte e à cultura, o desenvolvimento dos níveis e modalidades de educação e ensino, observadas as diretrizes do Teatro Bolshoi de Moscou e da legislação brasileira.

As receitas do Instituto se referem principalmente a patrocínios e doações, incentivadas e não incentivadas, recebidas de empresas públicas e privadas, com o intuito de fomentar a sua finalidade social.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Entidade em 05 de abril de 2019.

NOTA 02 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (NBC ITG 2002/R1) com atendimento integral do Pronunciamento Técnico PME Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas aprovado pela Resolução CFC nº 1.255/09, bem como da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09.

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

3.2 Instrumentos Financeiros

A Instituição classifica os seguintes instrumentos financeiros como instrumentos financeiros básicos:

- (a) Caixa e equivalentes de caixa; e,
- (b) Instrumentos de dívida.

Os instrumentos de dívida incluem as contas a receber e a pagar e os empréstimos a pagar, e estes são avaliados nas datas dos balanços pelo custo amortizado.

3.3 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder do instituto, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

3.4 Contas a Receber de Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de vendas à funcionários, cuja cobrança ocorre através de desconto em folha de pagamento.

3.5 Estoques

Os estoques estão registrados pelo menor valor entre o custo e o valor recuperável. O custo é determinado usando o método do custo médio.

3.6 Imobilizado

Os custos com aquisição de imobilizado são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada dos respectivos ativos.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7 Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

3.8 Impairment de Ativos Não Financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso.

3.9 Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente quando relevante.

3.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor foi estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Entidade liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

3.11 Apuração do Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação de receitas, custos e despesas correspondentes.

3.12 Julgamento e Uso de Estimativas Contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

- a) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,

- b) Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Entidade.

NOTA 04 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2.018	2.017
Caixa	993	1.334
Bancos Conta Movimento	1.186.784	224.285
Aplicação Financeira	551.476	605.795
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	1.739.253	831.414

NOTA 05 - CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2.018	2.017
Contas a Receber de Clientes – MI	9.355	5.219
Contas a Receber de Clientes	9.355	5.219

Aging List Contas a Receber de Clientes	2.018	2.017
A vencer em até 3 meses	9.355	5.219
Contas a Receber de Clientes	9.355	5.219

Contas a Receber por Tipo de Moeda	2.018	2.017
Real	9.355	5.219
Contas a Receber de Clientes	9.355	5.219

NOTA 06 - ESTOQUES

	2.018	2.017
Produtos Para Revenda	79.277	92.533
Almoxarifado/Uniforme	76.959	136.904
Total dos Estoques	156.236	229.437

NOTA 07 - IMOBILIZADO

	Terrenos	Benf. Imóveis Terceiros	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Móveis e Utensílios	Ambulatório Médico	Biblioteca	Computadores e Periféricos	Equip. Telef. Celular	Equip. Comunicação	Obras em Andamento	Total
Vida útil em anos	-	10	5 a 10	10	5	7 a 10	5 a 10	20	4 a 5	1	7	-	
Em 31 de dezembro de 2016													
Custo	9.173.417	426.191	143.187	139.920	42.993	1.240.407	7.299	25.170	222.814	2.825	12.327	810.000	12.246.550
Depreciação Acumulada	-	(421.873)	(138.656)	(132.307)	(38.620)	(1.105.471)	(6.414)	(17.216)	(211.916)	(2.825)	(8.423)	-	(2.083.722)
Valor contábil líquido	9.173.417	4.318	4.531	7.613	4.373	134.936	885	7.954	10.898	-	3.904	810.000	10.162.828
Saldo inicial	9.173.417	4.318	4.531	7.613	4.373	134.936	885	7.954	10.898	-	3.904	810.000	10.162.828
Adições	-	-	14.573	39.272	-	22.700	-	-	13.350	-	-	-	89.895
Depreciação	-	(3.509)	(1.598)	(3.062)	(4.144)	(24.965)	(332)	(862)	(7.023)	-	(837)	-	(46.332)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(810.000)	(810.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	9.173.417	809	17.506	43.823	229	132.671	553	7.092	17.225	-	3.067	-	9.396.391
Em 31 de dezembro de 2017													
Custo	9.173.417	426.191	157.760	179.192	42.993	1.263.107	7.299	25.170	236.164	2.825	12.327	810.000	12.336.445
Depreciação Acumulada	-	(425.382)	(140.254)	(135.369)	(42.764)	(1.130.436)	(6.746)	(18.078)	(218.939)	(2.825)	(9.260)	(810.000)	(2.940.054)
Valor contábil líquido	9.173.417	809	17.506	43.823	229	132.671	553	7.092	17.225	-	3.067	-	9.396.391
Saldo inicial	9.173.417	809	17.506	43.823	229	132.671	553	7.092	17.225	-	3.067	-	9.396.391
Adições	-	2.100	6.550	-	-	34.812	1.490	-	13.033	-	-	-	57.985
Baixas	-	-	-	-	-	(4.608)	-	-	-	-	-	-	(4.608)
Depreciação	-	(984)	(2.274)	(5.033)	(229)	(23.402)	(332)	(861)	(7.157)	-	(837)	-	(41.109)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	9.173.417	1.925	21.782	38.790	-	139.473	1.711	6.231	23.101	-	2.230	-	9.408.659
Em 31 de dezembro de 2018													
Custo	9.173.417	426.291	164.310	179.192	42.993	1.293.311	8.789	25.170	249.197	2.825	12.327	810.000	12.389.822
Depreciação Acumulada	-	(426.366)	(142.528)	(140.402)	(42.993)	(1.153.838)	(7.078)	(18.939)	(226.096)	(2.825)	(10.097)	(810.000)	(2.981.163)
Valor contábil líquido	9.173.417	1.925	21.782	38.790	-	139.473	1.711	6.231	23.101	-	2.230	-	9.408.659

O valor de R\$ 41.109 (R\$ 46.332 em 2017) referente à depreciação foi lançado ao resultado na rubrica de "Despesas Ensino Administrativas".

As benfeitorias em imóveis de terceiros se referem a obras do Teatro Juarez Machado, anexo ao Centreventos Cau Hansen, localizado em Joinville - SC, de propriedade da Fundação Cultural de Joinville, usado pelo Instituto para ensaios e apresentações.

O imobilizado em andamento se refere às obras de construção da sede própria do Instituto.

A Entidade procedeu a avaliação da Vida Útil Econômica do Ativo Imobilizado de acordo com a lei nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 27, o qual aborda o assunto do ativo imobilizado e sua vida útil.

Na adoção inicial deste pronunciamento, a Entidade fez a opção de ajustar os saldos iniciais a valores justos, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), mencionado no item 22 da Interpretação Técnica ICPC 10. Desta forma a Entidade atribuiu o valor justo através de laudo emitido por empresa especializada.

Metodologia utilizada para determinar o novo cálculo da depreciação

A base adotada para determinar o novo cálculo da depreciação foi a política da Entidade que demonstra as novas vidas úteis e os percentuais de residual para cada item do ativo imobilizado das unidades avaliadas. Para cada família de itens a Entidade estabeleceu uma nova vida útil conforme as premissas, critérios e elementos de comparação citados abaixo.

- Política de renovação dos ativos;
- Inspeção “*in loco*” da unidade avaliada;
- Experiência da entidade com ativos semelhantes;
- Julgamento com base nas premissas definidas pela entidade;
- Valor médio de mercado (Tabela FIPE);
- Informação referente ao ambiente econômico;
- Informações contábeis e controle patrimonial;
- Pesquisas Internas (entrevistas com os responsáveis das áreas);
- Laudo de empresa especializada;
- Especificações técnicas; e,
- Alinhamento ao planejamento geral do negócio.

Na determinação da política de estimativa de vida útil, os critérios utilizados pelos técnicos foram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica, a política de renovação dos ativos, e a experiência da Entidade com seus ativos.

NOTA 08 - INTANGÍVEL

	Software
Vida Útil em anos	5
Em 31 de dezembro de 2016	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.178)
Valor contábil líquido	461
Saldo Inicial	461
Amortização	(241)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	220
Em 31 de dezembro de 2017	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.419)
Valor contábil líquido	220
Saldo Inicial	220
Amortização	(220)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-
Em 31 de dezembro de 2018	
Custo	12.639
Amortização Acumulada	(12.639)
Valor contábil líquido	-

NOTA 09 - RECUPERABILIDADE DOS ATIVOS (IMPAIRMENT)

Anualmente ou quando houver indicação que uma perda foi sofrida, a Entidade realiza o teste de recuperabilidade dos saldos contábeis de ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos circulantes, para determinar se estes ativos sofreram perdas por “*impairment*”.

Estes testes são realizados, de acordo com a Seção 27 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos do Pronunciamento Técnico PME.

NOTA 10 - FORNECEDORES

	2.018	2.017
Fornecedores Mercado Interno	11.429	58.964
Contas a Pagar a Fornecedores	11.429	58.964
Aging List Contas a Pagar	2.018	2.017
A vencer até 30 dias	11.429	58.964
Contas a Pagar a Fornecedores	11.429	58.964

Contas a Pagar por Tipo de Moeda	2.018	2.017
Reais	11.429	58.964
Contas a Pagar a Fornecedores	11.429	58.964

NOTA 11 – OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2.018	2.017
Salários e Ordenados a pagar	197.635	223.132
Empréstimo Consignado - CEF	-	534
FGTS a Pagar	40.235	42.058
INSS a Pagar	50.812	15.474
Parcelamento INSS	165.521	362.510
Parcela Circulante	454.203	643.708
Parcelamento INSS	1.260.092	1.502.742
Parcela Não Circulante	1.260.092	1.502.742
Total de Obrigações Sociais	1.714.295	2.146.450

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES FISCAIS

	2.018	2.017
COFINS a Recolher	131	228
ICMS a Recolher	1.172	5.252
IRRF a Recolher	124.073	164.545
Retenção ISS a Pagar	29	29
Retenção Seguridade Social	8.584	10.154
Retenção PIS/COFINS/CSLL	2.147	2.678
Total de Obrigações Fiscais	136.136	182.886

NOTA 13 - CONTINGÊNCIAS

O Instituto está sendo citado em alguns processos judiciais de natureza cível.

As contingências cíveis foram consideradas pelos assessores jurídicos externos como possível probabilidade de perda totalizando o montante de R\$ 1.992.480.

Autor	Causa	Valor R\$	Detalhamento
Ministério Público do Estado de Santa Catarina	2ª Vara Federal de Joinville	17.506	Questiona-se a legalidade da contratação, pelo Bolshoi brasileiro, da empresa Corpodança (empresa que tinha como sócia a pessoa de Joseney Negrão - Diretora-Geral da Escola do Bolshoi no Brasil).
Ministério Público de Santa Catarina	1ª Vara da Fazenda Pública de Joinville	1.120.273	Alega que houve irregularidade no dispêndio de R\$ 540.000 repassados pelo Banco do Brasil ao IETBB, a título de patrocínio.

Autor	Causa	Valor R\$	Detalhamento
Ministério Público Estadual	2ª Vara Federal de Joinville	803.382	Alega-se que o IETBB e IACJ utilizaram a AJOS como "testa de ferro" para receber verbas da Fundação Catarinense de Cultura antes de completar 3 anos de existência. Alegam, ainda, que houve pagamento indevido de valores à AJOS e seus dirigentes
Francisca das Chagas Dantas e Outra	Cível	100	Ação de Indenização Por Danos Morais e Materiais alegando que sofreu lesões na escola que a impossibilitaram para o trabalho e para a vida social
Tainá Rodrigues	Cível	51.220	Ação de Indenização Por Danos Morais em razão de reprovação e desligamento da aluna no último ano do curso técnico
Total		1.992.480	

NOTA 14 - CAPITAL SOCIAL

O patrimônio social em 31 de dezembro 2018 equivale a R\$ 1.406.543

NOTA 15 - DEMONSTRATIVO DE GRATUIDADE

O montante de gratuidade do exercício de 2018 foi de R\$ 3.919.723 representando percentual de 42,67% relativos à receita operacional bruta do Instituto conforme demonstrado abaixo:

Descrição	2.018	2.017
Receita Operacional Bruta	9.185.598	7.363.236
Despesas de Gratuidades	(3.194.720)	(2.874.648)
Outras Gratuidades	(725.003)	(2.383.780)
Percentual de Gratuidade do Exercício	42,67%	71,41%

NOTA 16 - RECEITAS E (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2.018	2.017
Receitas financeiras		
Resultado Aplicação Financeira	11.710	18.600
Descontos Obtidos	297.047	921
Total das Receitas financeiras	308.757	19.521
Despesas Financeiras		
Juros e Despesas Bancárias	(14.391)	(17.173)
Juros pagos	(103.093)	(161.981)
Multas	(10.595)	(54.940)
Total das Despesas Financeiras	(128.079)	(234.094)
Resultado Financeiro Líquido	180.678	(214.573)

NOTA 17 - COBERTURA DE SEGUROS

Os bens da Entidade estão segurados conforme discriminado a seguir:

Modalidade	Objeto	Cobertura	Vigência
Colisão, Incêndio, Roubo e Furto	Veículos	100% FIPE	09/07/2018 09/07/2019

A administração considera que o montante de cobertura de seguros é suficiente para cobrir eventuais sinistros.